

PROCESSO - A. I. Nº 210404.3012/16-7
RECORRENTE - ALTOGIRO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES S/A.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JJF nº 0125-02/17
ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 20/12/2018

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0364-12/18

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO MENOS. Ficou comprovado o cometimento da infração, de acordo com o demonstrativo elaborado pelo autuante, apurando que houve recolhimento a menos do imposto. Infração caracterizada. Rejeitadas as preliminares de nulidade. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pela Autuada, contra a decisão da 2ª Junta de Julgamento Fiscal, que julgou Procedente o Auto de Infração, lavrado em 10/12/2016, para exigir ICMS no valor de R\$174.171,35, do cometimento da seguinte infração:

01 – 07.01.02 – Efetuou o recolhimento a menos do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades federativas, de e/ou exterior, nos meses março a dezembro de 2012, janeiro, fevereiro, abril, julho a dezembro de 2013, conforme demonstrativos às fls.15 a 35.

Após a devida instrução processual, a 2ª JJF decidiu, por unanimidade, pela Procedência da autuação, conforme voto a seguir transcrito:

VOTO

Analizando a arguição do sujeito passivo, em sua peça impugnatória, de que o lançamento é nulo, por cerceamento do direito de defesa, uma vez que não se encontra dentro das formalidades legais, faltando-lhe a motivação, a correta capitulação legal e a indicação da base de cálculo específica, observo, com todo o respeito ao Contribuinte e a seu Procurador, no encargo da defesa, que tais argumentos não podem ser acolhidos, pelos seguintes motivos:

- 1. O PAF está revestido das formalidades legais, no auto de infração estão indicados o contribuinte autuado, o montante do débito tributário e a natureza da infração apurada, a multa exigida que está fundamentada em diploma legal vigente, e no demonstrativo denominado de DEMONSTRATIVO DO ICMS DEVIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA A RECOLHER (fl. 15) e na planilha DEMONSTRATIVO DO ICMS ANTECIPAÇÃO TOTAL (SP) CALCULADO POR NOTA FISCAL (fls. 16 a 35), que foram entregues ao autuado conforme comprovam as cópias dos e-mail às fls.36 a 43.*
- 2. A descrição do fato foi feita de forma clara, qual seja: “Recolheu a menor o ICMS antecipação, na qualidade de sujeito passivo, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior.”*
- 3. No campo “enquadramento legal” foram indicados os artigos 371, e 125, inciso II, alínea “b”, combinado com o artigo 61, do RICMS/97, para o fato gerador do mês de março de 2012, e os artigos 8º, inciso II e § 3º, e artigo 23 da Lei nº 7.014/96 combinados com o artigo 289 do RICMS/12, para os fatos geradores do período de abril de 2012 a dezembro de 2013, que dispõem, respectivamente, sobre a responsabilidade pelo lançamento e recolhimento do ICMS sobre a entrada de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, e a determinação da base de cálculo, disposições legais que foram incorporadas nos citados regulamentos.*
- 4. Ao contrário do que arguiu o autuado, existe indicação no anexo do AI (levantamento fiscal), 16 a 35, que o trabalho fiscal se refere à mercadorias sujeitas à substituição tributária, haja vista que o próprio*

levantamento no seu título faz referência a esta situação tributária.

5. *Foi indicada a multa de 60% com fulcro no artigo 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96.*
6. *A acusação fiscal constante da peça inicial está de acordo com o fato apurado pela fiscalização, cuja descrição dos fatos está posta de forma clara e precisa no corpo do auto de infração, permitindo o perfeito entendimento da acusação fiscal. Os demonstrativos acima mencionados elaborados pelo autuante identificam de forma bastante clara a infração, tendo em vista que estão identificados todos os documentos fiscais e demais elementos objeto do levantamento que geraram a exigência tributária em questão. Portanto, a origem dos valores lançados no demonstrativo de débito está comprovada, pois o levantamento fiscal relaciona todas as notas fiscais, discriminando-as uma a uma, o permite a identificação das mercadorias.*

Portanto, pelo acima alinhado, não merece prosperar o argumento defensivo de que não há nos documentos subjacentes ao Auto de faça qualquer referência à base legal específica e detalhada aplicável à infração à legislação tributária, pois na folha 1 do auto de infração tais questionamentos estão claramente especificados.

Quanto a alegação de que “Sequer há a indicação do Convênio CONFAZ aplicável, do Protocolo de ICMS, ou mesmo do artigo específico da legislação baiana aplicável!”, ressalto que no enquadramento legal citado no auto de infração de fato não faz referência a qualquer acordo interestadual. Contudo, de acordo com o artigo 19 do RPAF/99: “A indicação de dispositivo regulamentar equivale à menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente, não implicando nulidade o erro da indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o enquadramento legal.” No caso, pela descrição dos fatos, legislação citada e levantamento fiscal, está evidente o motivo que ensejou o presente lançamento tributário.

Assim, não está comprovada nos autos a existência de vícios formais que comprometam a eficácia da autuação fiscal, pois a fiscalização obedeceu ao disposto no artigo 39, do RPAF/99, cujas questões que envolvam eventuais erros na apuração do débito; falta de comprovação do cometimento da infração; e aplicação da respectiva multa, serão objeto de apreciação por ocasião do exame do mérito.

Sendo assim, ficam rejeitadas as preliminares de nulidade requeridas nas razões de defesa, pois conforme acima comentado incorreu qualquer afronta aos Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, e por não encontrar amparo em nenhum dos incisos I a IV do artigo 18 do RPAF/99.

Quanto ao pedido do autuado de diligência/perícia, ressalto que a mesma em nada acrescenta aos fatos não contribuindo para o deslinde da questão.

Ademais a prova pericial só deve ser realizada quando do conjunto de provas dos autos não for possível definir-se com clareza a infração imputada ao contribuinte.

Nesta linha, entendo que a perícia pleiteada pelo Impugnante, além de não preencher os pressupostos essenciais à sua realização, ainda que realizada não traria nenhum elemento novo para o deslinde da questão, pelo que se a rejeita na forma do art. 147, inciso I, do RICMS/97.

Superadas as arguições de nulidades, passo ao exame do mérito, propriamente dito, de acordo com a infração imputada ao sujeito passivo.

Com relação à infração objeto do lançamento tributário, a conclusão fiscal está baseada na apuração de que o autuado efetuou o recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação (SP, MG, PR, CE) adquiridas para comercialização, cujos respectivos levantamentos fiscais demonstram o cálculo do débito feito sobre o valor de base de cálculo ST.

O lançamento tributário, no mérito, foi impugnado com base no argumento de que ocorreu, por parte da fiscalização, “... arbitrariedade incorrida na lavratura do presente AUTO, em razão da ausência de indicação específica e pormenorizada do suposto e alegado descumprimento da legislação tributária”; e que “... utilizou-se o Ilmº Auditor Fiscal de subterfúgios - legalmente discutíveis - para lançamento do crédito tributário, qual seja, a famigerada e ilegal “denúncia genérica”. “

Analizando as peças processuais, confirmei a informação do autuante de que o lançamento está devidamente fundamentado nos seguintes demonstrativos:

- a) *Planilha 01: ICMS devido por substituição tributária a recolher, ICMS-ST recolhido e/ou parcelado, e totalizado por ano/mês;*
- b) *Planilha 02: ICMS antecipação total (ST) calculado e totalizado por nota fiscal;*
- c) *Planilha 03: ICMS antecipação total (ST) calculado e totalizado por item nota fiscal;*
- d) *Planilha eletrônica em formato editável (EXCELL) da memória de cálculo das planilhas acima.*

Portanto, a alegação defensiva de que foi desenquadrado do regime normal de apuração do imposto, para o regime de apuração sob a sistemática da substituição tributária, não está de acordo com o que consta nos autos. Também sem razão o argumento de que o lançamento tributário foi levado a efeito sem a análise e indicação de cada nota fiscal, bem como sem a verificação e especificação das mercadorias, não se prestando para elidir a

legitimidade do lançamento tributário, visto que, a fiscalização tomou por base exatamente o constante nos documentos fiscais de aquisições em nome do autuado, e ao efetuar seu trabalho fiscal apurou o imposto devido pela sistemática da antecipação total, sobre mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, após deduzir os valores pagos nos meses objeto do lançamento, com a indicação de todos os dados dos documentos fiscais.

Quanto a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho de Fazenda do Estado da Bahia (CONSEF), por se tratar de situações diversas, são inaplicáveis ao presente processo.

Ante o exposto, restando caracterizada a infração, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

Inconformado com a decisão da 2ª JJF, o autuado, por intermédio de seus representantes legais, ingressou, tempestivamente, com Recurso Voluntário (fls. 111 a 122), onde, após transcrever o fato que ensejou a autuação, arguiu a nulidade do lançamento com base nas mesmas razões manifestadas na defesa: cerceamento do direito de defesa; ausência de indicação de motivação; não indicação da base legal específica; e enquadramento genérico.

Alega que o auto de infração não fornece adequadamente os indispensáveis pressupostos fáticos e jurídicos que ensejaram sua lavratura, acarretando assim ofensa ao princípio da motivação dos atos administrativos. Diz que não há nos documentos subjacentes ao AI qualquer referência à base legal específica e detalhada aplicável à suposta infração à legislação tributária que lhe foi imputada. Ou seja, que sequer há a indicação do Convênio CONFAZ, aplicável, do Protocolo de ICMS, ou mesmo artigo específico da legislação do Estado da Bahia, ou ainda, indicação de desconsideração das regras do regime de substituição tributária por antecipação.

Aduz que foram elencadas milhares de notas fiscais relativas aos exercícios de 2012 e 2013, referentes a diversos produtos, e sequer se desincumbiu a fiscalização do dever em apontar especificamente a infração legal, e a origem das mercadorias apontando a aplicabilidade ou não dos Convênios e Protocolos de ICMS celebrados com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Ceará.

Destaca que a base legal apontada como supostamente infringida é absolutamente genérica – “Artigo 8º, inciso II e §3º; art. 23 da Lei 7.014/96 C/C art. 289 do RICMS publicado pelo Decreto 13.780/2012”.

A título exemplificativo, indaga: *em qual dos incisos do Artigo 23 se enquadra a ora IMPUGNANTE? Qual a norma infringida? Qual o Protocolo ICMS? Convênio ICMS? Qual o fundamento para o lançamento?*

Pontua que há mais de 350 páginas com a indicação dos milhares de produtos, de toda a sorte, objeto da autuação. E volta e indagar: *Será que não há sequer um Convênio ICMS celebrado com os Estados de CE, MG e SP, e, além disso, no caso dos produtos oriundos do Estado do Ceará, não há predileção da lei baiana aos diversos Protocolos ICMS celebrados com o referido Estado Nordeste?*

Com base nisso, dizendo haver insegurança jurídica do lançamento, quanto à incerteza do crédito tributário, entende que é medida que se impõe o julgamento pela improcedência e/ou nulidade material do auto de infração, por afronta aos princípios da segurança jurídica e da não-surpresa.

Destaca que a forma pela qual o AI foi lavrado, não lhe permite exercer adequadamente seu direito de defesa de forma ampla e irrestrita, pois é totalmente deficiente do requisito essencial aos atos administrativos, que é a motivação, requisito este que impossibilita a elaboração de qualquer defesa no que tange o mérito do lançamento aventado.

Faz referência à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, citando trechos de posicionamento de Ministro do STF, e lição de renomado jurista sobre o princípio da motivação, como corolário das garantias constitucionais à ampla defesa e ao contraditório à luz do artigo 5º, inciso LV, da CF. Neste sentido, o autuado salienta que o Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (“RPAF”), estabelecido pelo Decreto nº 7.629/1996, elenca em seu primeiro Capítulo, os “*Princípios de Direito Aplicáveis ao Processo e aos Procedimentos Administrativos*”, dentre os

quais a ampla defesa (Art.2º).

Neste diapasão, menciona que esta questão já foi objeto de análise pela E. 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do CONSEF, transcrevendo o voto vencedor no julgamento AI/PAF Nº 269141.0021/11-6, Acórdão CJF nº 0330-11/12, de 25/10/12).

Requer a nulidade integral do auto, e o consequente cancelamento do crédito tributário dele decorrente.

Subsidiariamente, a recorrente requer que esta Colenda Câmara converta o processo em diligência a fim de que o Ilmº Sr. Auditor Fiscal retifique o lançamento tributário.

No mérito, arguiu a improcedência do auto de infração, por inaplicabilidade do Regime de Antecipação Tributária das operações listadas no trabalho fiscal decorrente de erro no enquadramento jurídico.

Alega que o ICMS devido ao Estado da Bahia no tocante às **milhares** de operações indicadas pelo autuante no AI, foi devidamente recolhido ao Erário, conforme se denota pela eminente *arbitrariedade* incorrida na autuação, em razão da ausência de indicação específica e pormenorizada do suposto e alegado descumprimento da legislação tributária.

Aduz que tal constatação, nos moldes do tópico acima, já se denota a improcedência do lançamento, pois à ausência de Motivação para lançamento tributário, utilizou o autuante de subterfúgios – legalmente discutíveis – para lançamento do crédito tributário, qual seja, a famigerada e ilegal “denúncia genérica”.

Assim, considerou absolutamente improcedente a autuação, razão por que, sendo superada a questão apontada no tópico anterior, mostra-se, no mínimo esdrúxula a constatação de que *O PRÓPRIO FISCAL AUTUANTE INDICOU NO ANEXO QUE HÁ MERCADORIAS SUJEITAS ÀS “ST” E “AT”, OU SEJA, SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA.*

Indaga: *se o autuante admite que as mercadorias estão sujeitas à Sistemática de Substituição Tributária, por qual motivo aplicou a sistemática de Antecipação Tributária, ao arrepio das normas da Lei Complementar nº 24/1975?*

Reitera a indagação pontuada no tópico anterior: *será que não há sequer um Convênio ICMS celebrado com os Estados de CE, MG e SP, e, além disso, no caso dos produtos oriundos do Estado do Ceará, não há predileção da lei baiana aos diversos Protocolos ICMS celebrados com o referido Estado Nordeste?*

Nos termos do artigo 7º, § 2º c/c artigo 123, § 3º e artigo 145, todos do RPAF, requer a realização de diligência/perícia, a fim de que o autuante esclareça e, se for o caso, retifique o lançamento fiscal, a fim de que indique (e motive) a razão pela qual *desenquadr*ou a operação da IMPUGNANTE do regime norma de apuração do ICMS, para o regime de apuração sob a sistemática da substituição tributária.

Desta forma, diz que, **ou** *bem se julga pela improcedência integral do crédito tributário, seja pelo fundamento do cerceamento ao direito de defesa ou improcedência do enquadramento jurídico-tributário imprimido pelo Auditor Fiscal, **ou** bem se acata o pedido de diligência e se determina que o Auditor Fiscal esclareça e, se for o caso, retifique o lançamento fiscal, a fim de que indique (e motive) a razão pela qual desenquadr*ou a operação da IMPUGNANTE do regime de apuração de ICMS sob a sistemática de substituição tributária, para o regime de apuração sob a sistemática da antecipação tributária.

Ao final, refuta, em todos os seus termos, o auto de infração, e reiterando os pedidos expostos acima como se aqui estivessem transcritos, requer o julgamento pela improcedência integral do auto de infração em epígrafe, com a consequente baixa do crédito tributário dele decorrente. Subsidiariamente, requer o acatamento dos pedidos formulados no sentido de realização de diligência/perícia.

Na informação fiscal às fls.69 a 71, o autuante diz que no seu entendimento, a preliminar de nulidade, bem como o pedido pela improcedência não devem prosperar, haja vista estarem presentes todos os pressupostos de validação do processo.

Informa que anexo aos autos consta demonstrativo impresso bem como disco de armazenamento de dados (mídia CD-ROM) onde estão gravados demonstrativos da infração incorrida, planilha eletrônica em formato editável, além de outros elementos que dão sustentação à imputação fiscal onde são demonstrados de forma detalhada a infração lançada. Salienta que o contribuinte recebeu cópia mediante recibo

Diz que foram elaborados demonstrativos específicos que serviram de base para a infração apontada pela fiscalização.

Assim, argumenta que os demonstrativos impressos, bem como elementos probatórios gravados na mídia, são parte integrante do processo de autuação fiscal, o qual, segundo o Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), é constituído do Auto de Infração, demonstrativos e elementos probatórios.

Soma a isto, dizendo que o RPAF, no artigo 41, II, institui que o auto de infração far-se-á acompanhar dos demonstrativos e dos levantamentos elaborados pelo fiscal autuante, se houver, e das provas necessárias à demonstração do fato arguído. Registra que as infrações lançadas foram devidamente fundamentadas em levantamentos fiscais e demonstrativos, constantes nos autos, cujas cópias foram fornecidas ao contribuinte, ademais, segundo o Art. 19 do RPAF: *“A indicação de dispositivo regulamentar equivale à menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente, não implicando nulidade o erro da indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o enquadramento legal.”*

Portando, verifica que foram preenchidas todas as formalidades legais previstas, cujo auto de infração, diz que contém todos os elementos esclarecedores da acusação fiscal, tais como a descrição do fato, o enquadramento legal, os valores de cada período, a multa aplicada, o demonstrativo detalhado do débito, além do Anexo do demonstrativo de débito, no qual, constam a tabela de redução de multa, tabela de correção dos acréscimos legais, bem como demonstrativo de apuração do débito.

Concluindo que não enseja assim em qualquer violação ao devido processo legal e à ampla defesa do contribuinte, tendo o sujeito passivo exercido plenamente seu direito ao contraditório e à ampla defesa, visto que as infrações foram devidamente tipificadas e documentadas, sendo os seus demonstrativos claros e inteligíveis, pugna pela procedência de seu procedimento fiscal.

O processo foi submetido, pela JJF, à pauta suplementar do dia 27/06/2017, visando à realização de diligência, sendo decidido pela sua desnecessidade, uma vez que os autos contém todos os elementos para a decisão sobre a lide.

VOTO

Inicialmente analisamos a arguição de nulidade do lançamento sob alegação de cerceamento do direito de defesa; ausência de indicação de motivação; não indicação da base legal específica; e enquadramento genérico.

Não vislumbramos no presente PAF as motivações de nulidade arguida. O mesmo está revestido das formalidades legais, com indicação clara do contribuinte autuado, a descrição do fato foi feita de forma clara, assim como o valor do débito tributário e a natureza da infração apurada. A aplicação da multa está fundamentada na legislação aplicável à matéria, vigente à época da ocorrência. Também foi apresentado o demonstrativo denominado de DEMONSTRATIVO DO ICMS DEVIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA A RECOLHER (fl. 15) e na planilha DEMONSTRATIVO DO ICMS ANTECIPAÇÃO TOTAL (SP) CALCULADO POR NOTA FISCAL (fls. 16 a 35), que foram entregues ao autuado conforme comprovam as cópias dos e-mails às fls.36 a 43.

Da mesma forma, no campo “enquadramento legal”, foram indicados os artigos 371, e 125, inciso II, alínea “b”, combinado com o artigo 61, do RICMS/97, para o fato gerador do mês de março de 2012, e os artigos 8º, inciso II e § 3º, e artigo 23 da Lei nº 7.014/96 combinados com o artigo 289 do RICMS/12, para os fatos geradores do período de abril de 2012 a dezembro de 2013, que dispõem, respectivamente, sobre a responsabilidade pelo lançamento e recolhimento do ICMS sobre a entrada de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, e a determinação da base de cálculo, disposições legais que foram incorporadas nos citados regulamentos.

No anexo do Auto de Infração (levantamento fiscal), 16 a 35, indica que o trabalho fiscal se refere a mercadorias sujeitas à substituição tributária, haja vista que o próprio levantamento no seu título faz referência a esta situação tributária, não havendo, portanto, nenhuma dúvida quanto a esta questão.

Quanto a alegação de que “Sequer há a indicação do Convênio CONFAZ aplicável, do Protocolo de ICMS, ou mesmo do artigo específico da legislação baiana aplicável!”, ressalto que no enquadramento legal citado no auto de infração de fato não faz referência a qualquer acordo interestadual. Contudo, de acordo com o artigo 19 do RPAF/99: *“A indicação de dispositivo regulamentar equivale à menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente, não implicando nulidade o erro da indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o enquadramento legal.”* No caso, pela descrição dos fatos, legislação citada e levantamento fiscal, está evidente o motivo que ensejou o presente lançamento tributário.

Não restou comprovado nos autos a existência de vícios formais que comprometam a eficácia da autuação fiscal, tendo em vista que o auto de infração contém todos os elementos exigidos no artigo 39, do RPAF/99.

Portanto, não havendo nenhuma razão para decretação da nulidade da autuação, na forma estabelecida no artigo 18 do RPAF/99, rejeito as preliminares arguidas.

No mérito, verificamos que autuação foi decorrente de recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação (SP, MG, PR, CE) adquiridas para comercialização, cujos respectivos levantamentos fiscais demonstram o cálculo do débito feito sobre o valor de base de cálculo ST, conforme determina o inciso II do artigo 8º da Lei nº 7.014/96:

Art. 8º São responsáveis pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeitos passivos por substituição, devendo fazer a retenção do imposto devido na operação ou operações a serem realizadas pelos adquirentes, bem como do imposto relativo aos serviços prestados:

II - o contribuinte alienante, neste Estado, das mercadorias constantes no Anexo I desta lei, exceto na hipótese de tê-las recebido já com o imposto antecipado;

Concordamos com o entendimento do julgador de piso, que, após análise das peças processuais, confirmou a informação do autuante de que o lançamento está devidamente fundamentado nos seguintes demonstrativos:

Planilha 01: ICMS devido por substituição tributária a recolher, ICMS-ST recolhido e/ou parcelado, e totalizado por ano/mês;

Planilha 02: ICMS antecipação total (ST) calculado e totalizado por nota fiscal;

Planilha 03: ICMS antecipação total (ST) calculado e totalizado por item nota fiscal;

Planilha eletrônica em formato editável (EXCELL) da memória de cálculo das planilhas acima.

Em nenhum momento a recorrente contesta os cálculos apresentados pelo autuante ou comprova que as mercadorias objeto da autuação não estariam enquadradas no regime de ST previsto no dispositivo da Lei nº 7014/96, citado acima.

A fiscalização tomou por base exatamente o constante nos documentos fiscais de aquisições em nome do autuado e, ao efetuar seu trabalho fiscal, apurou o imposto devido pela sistemática da antecipação total, sobre mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, após deduzir os valores pagos nos meses objeto do lançamento, com a indicação de todos os dados dos documentos fiscais.

Da mesma forma já trazido no voto de primeira instância, também, entendo que a perícia pleiteada pelo Impugnante, além de não preencher os pressupostos essenciais à sua realização, ainda que realizada, não traria nenhum elemento novo para o deslinde da questão, pelo que se a rejeita na forma do art.147, inciso I, do RPAF/99.

Desta forma, NEGOU PROVIMENTO ao Recurso Voluntário apresentado, para manter a decisão da 2ª Junta de Julgamento Fiscal que julgou PROCEDENTE o Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **210404.3012/16-7**, lavrado contra **ALTOGIRO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES S/A**, devendo ser intimado o recorrente a efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$174.171,35**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de novembro de 2018.

MAURÍCIO SOUZA PASSOS- PRESIDENTE

CARLOS ANTONIO BORGES COHIM SILVA – RELATOR

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE – REPR. DA PGE/PROFIS